Apresentação Dossiê Ensino de Filosofia nos IFs:

José Aldo Camurça de Araújo Neto

IFSertãoPE / UECE

E-mail: jose.ald@ifsertaope.edu.br

A presente publicação é simbólica, um marco no que se refere aos dossiês já publicados que tratam do assunto ensino de filosofia. Isso porque a presente edição irá abordar a relação existente entre o ensino de filosofia nos Institutos Federais. Mais precisamente, as diversas possibilidades de inserir temáticas filosóficas em uma realidade educacional técnica, especializada que representa o auge do tecnicismo representado pelos Ifs.

Ao analisar em seus pormenores, o Ifs possuem algumas peculiaridades que diferem do modelo adotado pelas escolas tradicionais. Além da presença de projetos voltados ao ensino, pesquisa e extensão (semelhante ao que ocorre no ambiente universitário), tais institutos oferecem um padrão de ensino voltado a diversos públicos. Padrão esse que pode ser destinado aos jovens que estão na faixa etária – o ensino médio –, ou ainda aqueles que desejam retornar aos estudos após longos anos de afastamento – o PROEJA – ou então àqueles que desejam se especializar em uma determinada profissão – cursos na modalidade subsequente e/ou ensino médio integrado. Diferente do ensino médio tradicional, o técnico integrado consiste na possibilidade de o estudante ter contato com as matérias técnicas, ou seja, específicas ao curso escolhido por ele quando ingressa na instituição. Por fim, cursos de nível superior (da graduação até a pós-graduação)

Independente do modelo de ensino a ser adotado, a disciplina de filosofia encontra-se presente. Em alguns campi com maior evidência, mas em outros tentando encontrar o seu caminho, o seu espaço. A questão central é que os docentes tentam trabalhar conteúdos, categorias filosóficas relacionando, muitas vezes, os temas clássicos da filosofia ao ambiente tecnicista tão presente nos Institutos Federais. Os referidos colegas de profissão conseguem? Será que de fato a filosofia consegue trilhar um caminho pacífico frente aos diversos interesses de outras áreas? Há espaço para uma produção filosófica comprometida com a reflexão-crítica inserida na realidade tecnicista dos Ifs?

Não há respostas definitivas para tais perguntas. No entanto, este dossiê pretende apresentar caminhos, alternativas de estratégia e ação no que toca a esses questionamentos feitos no parágrafo

anterior. Mesmo porque alguns motivos levaram a construção deste material. Dentre os quais encontramos: 1) Uma demanda histórica dos professores de filosofia que trabalham na carreira EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico); 2) A desmitificação de que o professor de filosofia que trabalha nos Ifs não faz pesquisa; e, por fim, 3) A falta de debate, discussão a respeito da possibilidade de se filosofar em um contexto tecnicista propiciado pelos Ifs.

Em relação ao primeiro ponto faz algum tempo que os profissionais em filosofia criam canais de comunicação (redes sociais, grupos de discussão por e-mail) a fim de discutir temas voltados ao ensino, a carreira docente e assuntos afins. O melhor exemplo desta forma fácil de comunicação é a existência de um grupo de whatsapp denominado de “Filosofia na RedeFEPCT¹.” Após a sua criação, o referido grupo articula diversas ações em defesa da presença da filosofia nos Institutos. Seja através da discussão sobre aumento de carga horária, ou mesmo da necessidade de se defender a cátedra docente ser da área em filosofia, entre outros temas. Este dossiê é fruto destas discussões neste coletivo de professores e professoras que fazem parte deste grupo.

Já no que tange ao segundo motivo é a existência de uma “lenda urbana”. Ela consiste em afirmar que o professor EBTT não faz pesquisa e somente ministra aula. Pelo contrário, os autores presentes neste dossiê possuem projetos de pesquisa vinculados às respectivas instituições em que trabalham. Sem contar que entre os mais de 600 campi de Instituto Federal espalhados no Brasil, os docentes em filosofia, nas suas especificidades locais e regionais, possuem bolsistas vinculados às suas pesquisas bem como produzem artigos, participam em eventos e são integrantes de programas de pós-graduação. Nesse sentido, os docentes em filosofia que trabalham nos Institutos Federais não deixam nada a desejar em relação aos professores universitários. Infelizmente, alguns poucos afirmam de modo apressado, sem conhecer a realidade, que “o professor EBTT preocupa-se apenas em dar aula”. Não é bem assim e este material irá provar o contrário com a qualidade das discussões de seus autores.

Por último, e não menos importante, refere-se a falta de discussões a respeito da presença do ensino de filosofia nos Institutos federais enquanto publicação acadêmica. Neste ponto, a *Kalagatos* (revista do PPG filosofia da Universidade Estadual do Ceará) inova ao publicar este dossiê. É sabido que os colegas docentes publicam suas pesquisas nas mais diversas revistas de filosofia espalhadas pelo Brasil. Seja através das pesquisas individuais, isoladas, seja em materiais relacionado com a temática do ensino de filosofia, o ineditismo deste dossiê não se limita somente pela temática escolhida. Ao contrário, é da necessidade da defesa da atuação do profissional de filosofia nos espaços em que ele atua. E nos Institutos

¹ Criado entre os anos de 2018,2019, o grupo possui aproximadamente 212 integrantes dos mais diversos lugares do País. Atualmente, o coletivo possui representantes da ABEFIL (Associação Brasileira de Ensino de Filosofia). Representações essa na figura dos docentes José Aldo Camurça de Araújo Neto (IFsertãoPE) e José Rogério (IFB)

não pode ser diferente. Tal espaço não é melhor ou pior frente ao ambiente universitário; muito menos, ao modelo de escola tradicional (do ensino infantil ao médio). Ele oportuniza o filosofar, a criticidade não apenas para a visão tecnicista das ciências ou mesmo para o mercado de trabalho. Gera ainda a possibilidade do jovem em construir as suas potencialidades do existir, de se fazer enquanto humano.

Desde o retorno da filosofia aos currículos escolares, garantido pela Lei Federal nº 11.684/08, diversas reflexões vêm sendo desenvolvidas sobre o seu ensino, que se propõe a problematizar duas questões básicas: o que ensinar? Como ensinar? Não é à toa que as revistas de filosofia pelo País propõem-se a organizar dossiês escolhendo como temática central: 1) ensino de filosofia; 2) Os impactos deste ensino ao público juvenil e 3) Coletânea de textos reunidos a partir de um evento específico da área. Independente do título, critério a ser escolhido e adotado em outras revistas da área, esta publicação ousa em tematizar a questão da problemática do ensino de filosofia e os possíveis impactos de sua presença na rede federal de educação.²

Feitas as considerações iniciais, o presente material reúne no total de 11 artigos dos mais variados lugares do País. Ao ler nas próximas páginas, o leitor irá perceber a riqueza das discussões bem como o lugar de origem destes profissionais que atuam nos Ifs. Além da presença de docentes das diferentes regiões do Brasil. Em outras palavras, profissionais que atuam, por exemplo, nas regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Em síntese, nas cinco regiões do País.

Para que os leitores tenham a dimensão da importância, e logicamente da riqueza das discussões, deste dossiê, tais colegas trabalham nos estados listados a seguir: Bahia, Ceará, Goiás³, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia. Tanto é assim que na página a seguir iremos apresentar quem são estes pesquisadores e quais temáticas irão discutir, analisar em suas pesquisas.

Ao iniciar o contato da leitura deste dossiê, o leitor irá se deparar com o texto da pesquisadora Suelen Pereira da Cunha que atua no IFCE. Seu trabalho tem como título *A urgência da presença da filosofia no Instituto Federal do Ceará*. O texto irá discutir a urgência desta disciplina no Ensino Médio, fornecendo um retrato sobre a presença da filosofia no Instituto Federal do Ceará. A partir de uma pesquisa bibliográfico-documental, a autora tematiza as contribuições da filosofia na instituição em que ela trabalha. Logo em seguida, ela apresentará dados importantes sobre a presença da filosofia no IFCE e, por fim, analisa os dados apontando a urgência, os problemas e desafios do modo como esta disciplina se apresenta na referida instituição.

² De fato, o termo é amplo pois envolve os Cefets, os colégios militares, as escolas de aplicação e o colégio D. Pedro II. Para efeito de publicação, subentende-se que o termo Rede Federal inclui a presença dos Institutos Federais.

³ A professora Ana Carolina Gomes trabalha atualmente no Instituto Federal de Goiás (IFG). No entanto, ela se encontra em cooperação técnica, lotada no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

Logo em seguida, o leitor irá se deparar com o texto intitulado *Desafios e potencialidades do ensino de filosofia no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, dos autores Leocir Bressan (IFFAR), Raquel Brum Sturza (IFFAR) e Elisete Medianeira Tomazetti (UFSM). Neste escrito, os autores pretendem compreender, dimensionando a seguinte proposta: a tentativa de analisar alguns desafios e algumas potencialidades do ensino de filosofia frente à nova proposta de ensino profissional e tecnológico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O referido texto é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino de filosofia quanto da própria organização administrativa e pedagógica dessas instituições de ensino.

Continuando a leitura dos artigos, temos este do autor Vicente Estevam Sandeski (IFPR) intitulado *Instituto Federal de Educação: dilemas e desafios atuais*. O referido pesquisador, que ocupou diversos cargos importantes na instituição em que trabalha, discute neste texto o caráter ideológico da educação brasileira, com foco na educação profissional oferecida pelos Institutos Federais. A partir de uma perspectiva histórica, examina como a educação brasileira tem sido moldada por contextos específicos, atendendo às demandas de diferentes períodos e interesses de classe. Ressalta, ainda, a importância de compreender a educação como um processo contínuo, que exige planejamento fundamentado e conhecimento crítico. À luz de autores que investigam a relação entre educação, contexto histórico e ideologia, busca-se compreender como a formação omnilateral em que os Institutos Federais preconizam na sua forma de ensinar aos jovens que iniciam a caminhada na instituição. Finaliza destacando os Institutos Federais como uma alternativa relevante para promover uma formação omnilateral e contribuir para um projeto educacional transformador e alinhado às necessidades contemporâneas.

No artigo intitulado *Ensino de filosofia e cidadania: uma abordagem sobre os conteúdos filosóficos na modalidade integrada dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, Rodrigo Araújo (IFBA) defende uma proposta sobre os conteúdos a serem ministrados no ensino de Filosofia no quadro do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O autor trata, portanto, do ensino de Filosofia em seus aspectos curriculares, podendo ainda ser aproveitado em instituições afinadas com semelhante proposta. O referido autor, rejeita a compreensão da Filosofia como mera “formadora de cidadãos” e identifica as especificidades que compõem o discurso filosófico e aquilo que é imprescindível de ser observado e desenvolvido nos programas do Ensino Médio Integrado.

O quinto artigo da sequência é intitulado *Projeto e contemplação como prática educativa de filosofia* dos autores Ricardo Valim (PUC/PR) e Domingos Perpetuo Alves Soares (IFRO). Neste escrito, os autores pretendem analisar a relevância do ensino de filosofia a partir de projetos de ensino que apresentem de forma significativa a necessidade de contemplação para se pensar a realidade de forma mais aproximada da realidade. É de conhecimento que a filosofia desde a sua origem se destacou por sua característica de

estar próxima da vida pulsante da *polis* e neste espaço e a partir dele pensar a existência e demais questões consideradas fundamentais. Nesse sentido, os autores deste escrito trazem o relato da execução de um projeto de ensino desenvolvido em um campus do Instituto Federal de Rondônia no ano de 2023, com estratégia para se trabalhar os conteúdos de filosofia em outro formato de forma mais aproximada da vida da comunidade discente.

Continuando no estado de Rondônia, na região norte do Brasil, o sexto artigo intitulado *O lugar da filosofia no currículo do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia*, Gedeli Ferrazzo (IFRO) problematiza a situação da filosofia no currículo do médio integrado. Dito de outra forma, a autora pretende investigar o lugar da filosofia no currículo do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e os impactos da contrarreforma para essa modalidade. A pesquisa apoia-se em fontes documentais e bibliográficas para analisar o processo de constituição e reorganização curricular do EMI no IFRO. Os resultados mostram que a situação é mais complexa do que se imagina. Para conhecer o texto da autora, o leitor deve se sentir convidado ao ler o texto dela.

Já o sétimo, oitavo e nono artigos, respectivamente, trazem peculiaridades de abordagem do ensino de filosofia no contexto do Ifs. Como assim? Ao se ler o sétimo artigo intitulado *Filosofia e cinema: reflexões críticas no ensino médio integrado* Nei Fonseca (IFSUL) e Douglas Orben (IFSUL) analisam a integração entre filosofia e linguagem audiovisual no projeto de ensino "Filosofia e Cinema", desenvolvido no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). A iniciativa explorou o cinema como estratégia pedagógica para promover o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI). Baseado nos referenciais teóricos de Paulo Freire, Antonio Gramsci, Christian Laval, Marise Ramos, Julio Cabrera e Dermeval Saviani, o projeto adotou uma abordagem dialógica e interdisciplinar, alinhando-se aos princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Por meio de sessões de exibição de filmes e rodas de conversa, foram analisadas obras como *Ilha das Flores* e *Relatos Selvagens*.

O oitavo texto do dossiê intitula-se *Filosofia e gênero como prática de integração no Instituto Federal*. Ana Carolina Gomes Araújo (IFTM/IFG) apresenta a prática teórica e pedagógica do Humano Mulher em filosofia no instituto federal como um projeto que se afirma como tecnologia educativa e como atuação cotidiana requintada de prática em educação no percurso formativo. O projeto dá mostras da integração entre sala de aula, investigação científica e ação extensionista que se expande da dimensão escolar para também dimensão popular ao alcançar a comunidade externa com os saberes tradicionais. Não bastasse tais abordagens citadas anteriormente, o projeto que tem sua fundação na filosofia, se consolida como propulsor na lida educacional diante de questões éticas atuais ao estabelecer como matéria especulativa

de investigação a mulher como categoria de reflexão, ousando, sobretudo, na relação simultânea e dialógica entre quem pesquisa e quem se pesquisa, na medida em que a mulher é o assunto e a agente pesquisadora.

O nono artigo possui uma peculiaridade em especial. Ex-professor substituto do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e professor vinculado à Faculdade Católica de Fortaleza, Hálvaro Carvalho Freire (UFC) e a doutora em educação Camila Maria Rodrigues escrevem, de forma conjunta, o artigo *Entre o particular e o universal: o ensino de Filosofia Brasileira*. O referido texto objetiva examinar a inserção, paulatina mas constante, da Filosofia Brasileira no Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Fortaleza, bem como as Olimpíadas de Ciências Humanas do Estado do Ceará (OCHE), sob a ótica da racionalidade comunicativa proposta por Jürgen Habermas. O ambiente de pesquisa ocorreu, especificamente, na vivência do pesquisador Hálvaro Carvalho Freire, enquanto professor substituto, na época em que lecionava nos cursos de Telecomunicação, Informática e Química do IFCE, em Fortaleza. A escolha deste tema é sustentada pela exigência de uma abordagem mais contextualizada e situada do ensino da Filosofia Brasileira, especialmente no âmbito do Ensino Médio. A questão principal a ser discutida neste estudo consiste em como o ensino da Filosofia Brasileira, aliado às práticas pedagógicas das OCHE e à luz da razão comunicativa habermasiana, pode auxiliar na construção de um conhecimento que seja ao mesmo tempo local e global, teórico e prático, crítico e transformador.

O décimo artigo é também de um docente que trabalha no IFCE, mas na cidade de Acaraú. O título do trabalho é: *A discricioniedade do burocrata de nível de rua como fator de eliminação de candidatos e candidatas negros nas provas de desempenho didáticos em concursos públicos de institutos federais*. Ele foi escrito pelo autor Rafael Vieira Menezes Carneiro. O presente trabalho pretende demonstrar que a implementação de políticas públicas contra o racismo deve ser realizada paralelamente a ações que visam a transformação da ideologia vigente. Assim, Rafael Vieira objetiva apresentar o conceito de “burocrata de nível de rua”, de Michael Lipsky, e a importância de sua discricioniedade. Em seguida, o autor do texto irá discutir o papel desse trabalhador nas provas de desempenho didático de concursos públicos para docentes de cinco Institutos Federais do Brasil. A partir de análises estatísticas descritivas gerais e de frequências, Rafael Vieira mostrará a seguinte constatação: há uma maior taxa de reprovação de candidatos negros. A fim de fundamentar esta constatação, o autor do artigo irá evidenciar como a ideologia atravessa o burocrata de nível de rua, quando se debruça sobre o conceito de “domínios de poder”, de Patrícia Hill Collins.

E para fechar a lista de artigos que compõem esta coletânea de textos que fazem parte deste dossiê, o décimo primeiro trabalho é intitulado *Caminhos para o ensino pluriversal e intercultural de filosofia a partir da Lei 11.645/08*, dos autores Amanda Sayonara Fernandes Prazeres (UPF) e Matheus Oliva Costa (CEFET-MG). Neste escrito, tanto Amanda Sayonara quanto Matheus Oliva tentam discutir caminhos

para promover um ensino de filosofia que contemple, conforme a lei 11.645/08, também as filosofias afro-brasileiras e indígenas. Trata-se de um assunto de alta relevância tanto, especificamente, para o ensino de filosofia, quanto para a educação nacional, em geral. Enquanto a filosofia ainda está se adequando à lei em questão, carecendo de mais reflexões e propostas práticas de implementação, a realização desta lei no ambiente de uma disciplina tradicionalmente marcada por referenciais eurocêntricos representa um marco de mudança da educação nacional. Em termos metodológicos, a pesquisa dos autores deste trabalho parte de duas fontes: (1) da experiência enquanto docentes de filosofia, e (2) referenciais teóricos que abordam os desafios e caminhos para a promoção e prática do ensino pluriversal e intercultural de filosofia a partir da lei referida e da lei 10.639/03 que a precede, em especial, Noguera, Pontes, Gallo e Kohan.

Feitas as referências aos textos e quem as publicou, percebe-se claramente a pluralidade dos temas bem como a diversidade dos docentes envolvidos nesta empreitada. Tematizar o assunto a presença da filosofia nos Institutos Federais envolve um esforço gigantesco de valorização do trabalho destes profissionais. Trabalho este que muitas vezes, torna-se invisibilizado não apenas pela rotina escolar, mas pela forte concorrência que a disciplina de filosofia sofre com as demais áreas.

Na maioria das vezes, o profissional de filosofia que leciona nos Ifs enfrenta desafios diários no seu campo de atuação. O isolamento, por exemplo, em se constituir o único docente da disciplina no seu campus; a situação de lutar por mais carga horária em seu local de trabalho, enfrentar resistências por parte de outros colegas para a construção de atividades de pesquisa/extensão, ou mesmo efetivar momentos interdisciplinares na rotina escolar. Estes são alguns exemplos de situações em que os docentes, que lecionam filosofia, dos Institutos Federais enfrentam em seu aspecto profissional.

Tentativas não faltam, por parte dos legisladores ou mesmo da classe política, da retirada da filosofia do currículo escolar ⁴gerando incertezas na comunidade filosófica brasileira. Nos Ifs tal tentativas de exclusão não são diferentes. O risco existe e os colegas de área sabem das consequências de sua retirada: a não existência de novos código de vagas em filosofia, a não exigência da formação específica na área, dentre outros.

⁴ O então Presidente Michel Temer, impôs, através de Medida Provisória n.º 746/2016, a Reforma do Ensino Médio que fora convertida, logo em seguida, na Lei n.º 13.415, em 2017. Essa mudança foi objeto de críticas de diversos grupos e especialistas em educação como professores, estudantes e sindicatos, por ser considerada um desastre para o desenvolvimento educacional dos/as e estudantes. O exemplo maior deste “desastre” foi a perda da obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia durante os 3 anos do ensino médio. Além disso, a questão do notório saber também foi altamente criticado por especialistas. Segundo eles, o notório saber tirava da obrigatoriedade do profissional ser formado naquela área específica. No entanto, com o advento da lei 14.945/2024 tais erros foram corrigidos. Lei esta votada e aprovada durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Apesar das dificuldades, os docentes da área resistem na medida do possível. Este dossiê é um exemplo vivo desta resistência. Mesmo porque, os colegas de filosofia, assim como este que escreve este editorial, são ativos, produzem conhecimento e contribuem, de forma incisiva, para a produção de um saber filosófico com qualidade no Brasil.

Assim caro leitor, esperamos que você se sinta representado e, ao mesmo tempo, interessado em folhear as páginas seguintes deste dossiê. Até porque esta coletânea de textos servirá ainda para um propósito maior: que outras revistas de filosofia e mesmo as Universidades valorizem os profissionais que lecionam esta disciplina. Valorização não apenas em seu sentido teórico, mas no sentido da *práxis*, ou seja, na construção de futuras parcerias e ações em conjunto.

Diante do exposto, esperamos, portanto, que tenha uma ótima leitura!!!!

REFERÊNCIAS

BARRA, E. S. de O. . .; BARREIRA , M. M. . A Intervenção como prática constitutiva do PROF-FILO. **Kalagatos** , v. 18, n. 2, p. 140–156, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/7194>. Acesso em: 1 abr. 2025.

CAVALCANTE, Germano Alves; FARIAS JUNIOR, João Batista. O ensino de Filosofia e a responsabilidade. **Re(senhas)**, v. 1, n. 1, p. e24003, 2024. DOI: [10.71263/5gitvd80](https://doi.org/10.71263/5gitvd80). Disponível em: <https://resenhas.ojsbr.com/resenhas/article/view/2>. Acesso em: 5 abr. 2025.

CHAGAS, J. S. das . BNCC, ensino de filosofia e a perspectiva spinozana. **Kalagatos** , v. 18, n. 2, p. 20–35, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/7246>. Acesso em: 9 abr. 2025.

GONTIJO, P. E. . Posfácio: o ensino de filosofia no Brasil e alguns de seus desafios. **Kalagatos** , v. 18, n. 2, p. 234–251, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/7187>. Acesso em: 7 abr. 2025.

HOLANDA, Gustavo H. Fontes. O ensino de Filosofia na periferia da civilização: desafios para uma crítica contracolonial. **CACTO**, v. 5 n. 1 (2025). Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/article/view/1453>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MARTINS, R. D. C. de S.; SILVA, C. D. da; FEITOSA, R. R. S. Os caminhos (des) construídos no PROF-FILO no IFSertãoPE - . **Polymatheia - Revista de Filosofia**, v. 16, n. 2, p. 220–232, 2023.

Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/10897>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MECHIÇO, Rosa; BASÍLIO, Guilherme. A Filosofia e o seu Ensino. **CACTO**. v. 3 n. 1 (2023).

Disponível em: <http://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/article/view/515> Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, D. M.; SANTOS, P. C. . Arqueologia e genealogia da vigilância e seus desdobramentos nas redes sociais e no ensino da Cultura Digital. *Revista Cacto*, v. 3, p. 1- 11-11, 2023. Disponível em:

<https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/article/view/858>

SILVA, Diego Alves da. I Gincana Filosófica do Sertão Pernambucano. **Re(senhas)**, v. 1, n. 2, p. e24018, 2024. DOI: [10.71263/fh3p1t89](https://doi.org/10.71263/fh3p1t89). Disponível

em: <https://resenhas.ojsbr.com/resenhas/article/view/15>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SILVA, Cristiano Dias da. Breve História do Sertão Filosófico. **Re(senhas)**, v. 1, n. 1, p. e24009, 2024.

DOI: [10.71263/3w3r5y69](https://doi.org/10.71263/3w3r5y69). Disponível em: <https://resenhas.ojsbr.com/resenhas/article/view/12>.

Acesso em: 5 abr. 2025.

ARAÚJO NETO, José Aldo Camurça. Apresentação: Dossiê ensino de filosofia nos IFs. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.22, n.2, 2025, eK25011, pp. 01-09.